

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Centro Jurídico

Declaração de Rectificação n.º 35-A/2008

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de Maio, do Ministério da Economia e da Inovação, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2008, saiu com as seguintes inexactidões, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectificam:

1 — No n.º 4 do artigo 7.º, onde se lê:

«4 — A partir de 1 de Julho de 2008, o gasóleo colorido e marcado referido no número anterior tem um teor de biocombustíveis mínimo de 5 %.»

deve ler-se:

«4 — Até ao final de 2008, o gasóleo colorido e marcado referido no número anterior tem um teor de biocombustíveis mínimo de 5 %.»

2 — Na nota de rodapé n.º 12 à tabela constante do anexo v, onde se lê:

«(12) A partir de 1 de Julho de 2008, o gasóleo colorido e marcado, em vez de um teor máximo de 5 % de FAME terá um teor de biocombustíveis mínimo de 5 % e máximo de 10 %.»

deve ler-se:

«(12) Até ao final de 2008, o gasóleo colorido e marcado, em vez de um teor máximo de 5 % de FAME, terá um teor de biocombustíveis mínimo de 5 % e máximo de 10 %.»

Centro Jurídico, 27 de Junho de 2008. — A Directora, *Susana Brito*.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS****Portaria n.º 553-B/2008**

de 27 de Junho

No desenvolvimento das acções de prospecção e amostragem realizadas no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP), que tem vindo a ser aplicado desde 1999, com vista ao controlo e erradicação do *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner et Buhner) Nickle et alinea (NMP) e seu vector, *Monochamus galloprovincialis* (Oliv.), foi confirmada a presença deste organismo em alguns concelhos, exteriores às actuais zonas de restrição.

Considerando esta nova realidade e os impactes florestais, económicos e sociais que ela pode implicar, torna-se necessário estabelecer um programa de acção específico, que tenha em linha de conta os conhecimentos científicos actuais e as medidas fitossanitárias adequadas ao controlo do NMP.

Considerando ainda que este programa de acção abarca diferentes áreas de actuação, torna-se necessário envolver todos os agentes do sector, abrangidos neste processo, para uma melhor articulação e concretização das acções previstas.

Impõem-se, também, o envolvimento dos diferentes agentes e organismos da Administração Pública, das estruturas de produtores e da indústria e ainda das academias e, por isso, se requer a existência de um órgão de consulta, avaliação e acompanhamento do programa de acção.

Assim:

Considerando que a dimensão do problema impõe a necessidade de tomar medidas que levem a resultados de aplicação prática e rápida, ao abrigo do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, relativo às medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Artigo 1.º**Alteração da Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro**

São alterados os artigos 8.º-A e 11.º-A da Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 305-A/2008, de 21 de Abril, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º-A**Medidas urgentes**

1 — Sempre que seja detectada a presença de coníferas identificadas como infestadas pelo NMP, os respectivos proprietários, usufrutuários e rendeiros são notificados para procederem ao abate e remoção dos exemplares afectados ou com sintomas de declínio, ficando ainda obrigados ao cumprimento das demais exigências estabelecidas nos anexos IV, V e VII da presente portaria.

2 — O abate e remoção das árvores referidas no número anterior são considerados de interesse público e têm carácter urgente, devendo ter lugar no prazo máximo de 10 dias a contar da notificação para o efeito, substituindo-se o Estado ao responsável se ele nada fizer, não for conhecido ou não puder ser notificado, aplicando-se, nestes casos, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 4, 6 e 7 do artigo 3.º

Artigo 11.º-A**Definição da zona afectada e de restrição**

A zona afectada e de restrição corresponde a todo o território continental.»

Artigo 2.º**Medidas aplicáveis às plantas de viveiro**

1 — A transmissão intracomunitária ou a exportação para países terceiros de plantas de coníferas hospedeiras do NMP destinadas à plantação só são permitidas desde que após inspecção fitossanitária, tenham sido identificadas como isentas de sinais ou sintomas de NMP e tenham sido produzidas em viveiro onde não se tenham verificado sintomas de NMP, nem na sua vizinhança imediata, desde o início do último ciclo vegetativo completo.